

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 538.321 - SP (2019/0302460-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
KARINA SANTOS SALVADOR - SP290900  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : PAULO SERGIO DOS ANJOS ALMEIDA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de PAULO SERGIO DOS SANTOS ALMEIDA, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento da Apelação Criminal n. 0072102-74.2017.8.26.0050.

Extrai-se dos autos que o paciente foi condenado em primeiro grau às penas de 5 anos de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei 11.343/2006, tendo o Juiz sentenciante deferido do direito de recorrer em liberdade (fls. 17/21).

Em apelação defensiva, o Tribunal de origem negou provimento ao reclamo e determinou a expedição da mandado de prisão em desfavor do réu, ante a presença dos requisitos previstos no art. 312 do CPP, bem como em razão do esgotamento dos recursos ordinários. O acórdão ficou assim ementado:

*Apelação. Crime de tráfico de drogas. Materialidade e autoria demonstradas. Provas suficientes para manutenção da condenação. Sanção penal sem alterações. Não provimento ao recurso (fls. 38).*

No presente *writ*, o impetrante sustenta a ilegalidade da decretação da prisão do acusado antes do trânsito em julgado da condenação. Assevera que foram opostos embargos de declaração ainda pendentes de julgamento, não havendo, sequer, o esgotamento dos recursos ordinários.

Pondera a inexistência de fundamentos novos que justifiquem a cautela ou revelem a necessidade da prisão preventiva.

Aduz afronta aos princípios da ampla defesa e da presunção de inocência.

Requer, em liminar e no mérito, a concessão da ordem com a expedição

# Superior Tribunal de Justiça

de alvará de soltura ou de contramando de prisão em favor do paciente.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 09 de outubro de 2019.

**MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**

Relator